

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL

CINTHIA DA CRUZ CZARNESKI

**A REPESENTAÇÃO DO SEGUNDO REINADO NA OBRA A
MÁQUINA DE MADEIRA, DE MIGUEL SANCHES NETO**

CURITIBA

2019

CINTHIA DA CRUZ CZARNESKI

**A REPRESENTAÇÃO DO SEGUNDO REINADO NA OBRA A
MÁQUINA DE MADEIRA, DE MIGUEL SANCHES NETO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de especialista do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO DO SEGUNDO REINADO NA OBRA A *MÁQUINA DE MADEIRA*, DE MIGUEL SANCHES NETO

por

Cinthia da Cruz Czarneski

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção de título de especialista do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional, do Departamento de Linguagem e Comunicação (DALIC) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Curitiba, 12 de dezembro de 2019.

Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima
Orientador

Profa. Dra. Maurini de Souza
Membro titular

Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida
Membro titular

O termo de aprovação assinado encontra-se na coordenação do curso.

RESUMO

Czarneski, Cinthia da Cruz. A representação do Segundo Reinado na obra *A Máquina de Madeira*, de Miguel Sanches Neto. 2019. 26f. Monografia (Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as características do Segundo Reinado presentes no livro *A Máquina de Madeira*, de Miguel Sanches Neto, a partir da obra *As Brabas do Imperador*, de Lilia Moritz Schwarcz. Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica sobre o Segundo Reinado, para relacionar os fatos apresentados na obra ficcional com o momento histórico retratado na obra. Em um último momento, serão apresentadas as características do gênero romance histórico presentes na obra de Sanches Neto. Para isso, utilizaremos o conceito proposto por Lukács e seus conceitos e definições acerca do romance histórico.

Palavras-Chaves: Literatura brasileira. História nacional. Segundo Reinado, D. Pedro II.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O AUTOR: MIGUEL SANCHES NETO	7
3 A MÁQUINA DE MADEIRA.....	9
4 O SEGUNDO REINADO BRASILEIRO.....	10
5 O RETRATO DO SEGUNDO REINADO NA OBRA A <i>MAQUINA DE MADEIRA</i>	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

A obra *A Máquina de Madeira*, de Miguel Sanches Neto, apresenta um padre, João Francisco de Azevedo, o qual sai de Recife rumo à capital brasileira, Rio de Janeiro, para apresentar seu invento na Exposição Nacional no ano de 1861. A invenção é uma máquina que poderia transcrever os sermões. Ao chegar no Rio de Janeiro, o volume da máquina causou espanto. O imperador não demonstra nenhum interesse, além disso, a máquina não é escolhida para ir a Londres.

O contexto histórico retratado no livro é o Segundo Reinado, quando o Brasil vivia um intenso progresso e tentava se firmar como nação. Era um período de intensa valorização do nacional, mesmo que para isso algumas imagens fossem forjadas. Havia iluminação a gás, e o ferro estava substituindo a madeira, um dos motivos pelo qual o invento do padre não foi escolhido.

Apesar da grande preocupação na criação de uma identidade nacional, a escravidão ainda existia e era motivo de desconforto entre outros países, como a Inglaterra. Somente no final do Segundo Reinado é que houve a abolição e posteriormente a proclamação da República, com isso, a família real deixou o Brasil.

A obra de Lilia Moritz Schwarcz *As Barbas do Imperador* retrata o Segundo Reinado de maneira bem clara e didática, ela recorre a documentos, imagens e relatos de viajantes, a fim de remontar a história. Há inúmeras semelhanças e algumas diferenças quando comparamos o conteúdo de Miguel Sanches Neto com o apresentada pela Lilia Moritz Schwarcz.

Esse trabalho não pretende apresentar somente um quadro comparativo, mas propor uma reflexão de como períodos remotos exercem influência sobre o contexto atual.

2 O AUTOR: MIGUEL SANCHES NETO

Miguel Sanches Neto é um escritor contemporâneo nascido na cidade de Bela Vista do Paraíso, no interior do Paraná. Autor de seis romances, dentre os quais dois foram traduzidos para o espanhol - *Chove sobre minha infância* (2004) e *Um amor Anarquista* (2005) - ganha reconhecimento internacional. Recentemente, publicou pela editora Intrínseca o romance *Segunda Pátria*.

Em 2013, pela editora Companhia das Letras, Miguel Sanches Neto publica o romance *A Máquina de Madeira*, no qual utiliza-se do recurso novo - o romance histórico - e reconta a história de um padre que vai ao Rio de Janeiro expor sua invenção. Na obra, Miguel lida com fatos verídicos e ficcionais da história nacional brasileira. O enredo se inicia no período do Brasil Império (1822 – 1889) no ano de 1861. É através desta obra e do modo inovador utilizado por Sanches que conduziremos essa pesquisa e nos debruçaremos sobre nosso objeto de estudo.

O autor dispõe de um site¹ no qual é possível encontrar as sinopses das obras, críticas a respeito delas, entrevistas, agenda, apresenta uma cronologia pessoal (descreve os anos que considera mais importantes), e que também é atualizado regularmente. Nascido em 1965, na região norte-central do Paraná, fica órfão de pai aos quatro anos e, no ano seguinte, sua mãe se casa novamente. Oriundo de família de agricultores, o escritor precisou de perseverança para sair da vida rural e ingressar na vida acadêmica, tornando-se mais adiante um escritor de renome. Posteriormente, abordaremos outras datas que serão igualmente relevantes para esta pesquisa.

O fato de o escritor disponibilizar sua cronologia em um ambiente público, à primeira vista, parece irrelevante. Porém, os leitores podem relacionar esses fatos à momentos descritos em suas obras autobiográficas e de discurso memorialístico de Sanchez. Por exemplo, em sua cronologia consta que sua irmã Carmem Antônia Sanches nasceu em 1967 e terá grande importância como personagem no romance *Chove na minha infância*. Tornando público momentos triviais de sua vida, Miguel facilita o entendimento para o leitor, já que estamos tratando de obras que remetem a sua memória e episódios de sua vida. Diferente

¹ www.miguelsanches.com.br

dos romances anteriores, na *A Máquina de Madeira* o uso do recurso memorialístico não é tão evidente. Nesta obra se evidenciam características do gênero romance histórico.

3 A MÁQUINA DE MADEIRA

O romance *A Máquina de Madeira*, do escritor paranaense Miguel Sanches Neto, conta a história verídica do Padre João Francisco de Azevedo. Em 1861, o padre paraibano sai de Recife rumo ao Rio de Janeiro para apresentar sua invenção na Exposição Universal. Essa exposição era composta de objetos ou riquezas provenientes e exclusivas do Brasil, tendo como objetivo principal impressionar o imperador Dom Pedro II e investidores do mundo inteiro que estavam presentes. O cenário mostra um Brasil buscando autossuficiência para se desvencilhar da imagem de colônia de Portugal, o mesmo país que utiliza mão de obra escrava e deseja o progresso e a modernidade. A invenção de João Francisco de Azevedo é uma máquina taquigráfica, isto é, uma máquina de escrever. A máquina foi construída de madeira e era extremamente grande e recebeu a medalha de ouro com a imagem de Dom Pedro II. As invenções premiadas representariam o Brasil em Londres, na Exposição Universal, e, apesar de ser uma das vencedoras, a máquina do Padre não pôde seguir rumo a Londres devido ao seu tamanho. Nove anos mais tarde, o padre inventor recebe a visita de um americano, George Washington Napoleon Yost, muito interessado no funcionamento da máquina e com a promessa de levar ambos para Nova York. Na visita inicial, Yost deseja ver a invenção funcionando, e imagina uma apresentação visual diferente, menor e mais compacta. Os encontros de Azevedo com Yost tornaram-se frequentes, a cada encontro o americano pedia mais detalhes sobre o funcionamento da máquina. Após o Padre entregar alguns desenhos da invenção para Yost, este sumiu e nunca mais foi visto. Cinco anos após seu desaparecimento, o Padre fica sabendo por um jornal que a máquina de escrever, a Remington nº1, tinha sido criada por um grupo de americanos. Para sua surpresa, entre os inventores estava o nome de Yost.

O livro é dividido em duas partes: Londres e Nova York. Cada uma delas representa uma perda para o inventor da máquina taquigráfica. O primeiro fracasso foi sua invenção não poder participar da exposição em Londres por causado tamanho. A segunda perda é representada pelo roubo da invenção, não da máquina física, mas do projeto.

4 O SEGUNDO REINADO BRASILEIRO

O Segundo Reinado compreende o período de 1840-1889, para embasar teoricamente o contexto histórico, deste período, será utilizado a obra da autora Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbas do Imperador* (1998). É importante voltarmos um pouco no tempo para entendermos como esse período foi construído. Em 7 de abril de 1832, Dom Pedro I abdica ao trono e retorna à Portugal. No Brasil, deixa Dom Pedro II com pouco mais de cinco anos e as princesas d. Januária e d. Francisca. Como D. Pedro II ainda era uma criança e não poderia governar o país, foi instaurada o Período Regencial, o qual era um governo de transição composta por membros da Assembleia Geral. Estes ficariam no poder até D. Pedro II completar a maioria, ou seja, 18 anos.

O menino Pedro, não teve uma infância comum. Já que, desde muito cedo foi preparado/orientado para o grande cargo que ocuparia. Além disso, era órfã de mãe e seu pai havia retornado à Portugal. Sua criação ficou por conta de “empregados”, como o mordomo Paulo Barbosa, D. Mariana de Werna e Aureliano Coutinho. O primeiro era responsável pelas finanças e festas oficiais, a segunda pelas tarefas cotidianas e o terceiro uma espécie de mestre político.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz, a imagem do imperador foi minuciosamente construída para que ele em nada se assemelhasse ao pai. Por isso, gastava o tempo estudando: “[...] revelam a triste realidade de uma personagem que vai sendo esculpida como monarca, que deveria ser de todo diferente de seu pai, caráter, na educação, e sobretudo na personalidade. (SCHWARCZ, 1998, p. 57).

A construção não era somente na parte intelectual do futuro monarca, mas também nas representações dele. As imagens o retratavam mais velho e sempre com um semblante responsável. Porém a ausência de barbas entregava sua pouca idade e gerava discussões.

A fim de instaurar uma estabilidade econômica e social, a maioria de D. Pedro foi antecipada. O jovem era visto como um salvador, primeiro rei nascido em território brasileiro. Aos quatorze anos, em 1841, é consagrado. A cerimônia custou um alto valor aos cofres públicos. Houve a construção de uma varanda com materiais de luxo, a qual era dívida em três partes. Sendo que a parte central foi nomeada de *templo*, ao final da escada havia a seguinte

inscrição *Deus protege o Imperador e o Brasil*. Ficando evidente o caráter religioso incorporado a cerimônia. Durante o banquete o imperador não teve as mãos lavadas, mas purificadas. O que era incomum na tradição portuguesa, novamente uma tentativa de se associar o homem a uma divindade.

A coroação foi marcada por vários símbolos, os quais tentavam a junção do tradicional com o novo. Na tentativa de valorizar o nacional, o imperador utilizou penas de tucano. O jovem D. Pedro II estava pouco à vontade com os trajes e acessórios. Vale ressaltar que com exceção do traje, o qual era do avô Francisco I, os demais acessórios: cetro, coroa, espada e manto, foram criados especialmente para a cerimônia. Nota-se a preocupação em ostentar um poder e riqueza e não com o bem estar do Monarca. O qual estava pouco à vontade com o volume das vestes, a pesada coroa e o enorme cetro de 2,50 de puro ouro. A coroação foi realizada em uma igreja católica e as festas seguiram por nove dias: “Por sua vez, o pobre garoto assustado, com seus quinze anos, mal escondia o temor debaixo de roupa tão volumosa e desajeitada...” (SCHWARCZ, 1998, p. 78).

Os gastos exagerados e a exuberância da nomeação, são mencionadas na carta do barão Daiser para o príncipe Metternich: “Devo dizer, a bem verdade, que a Corte ostentou nessa ocasião um luxo em *équipages*, em libras e em mobiliário de toda a espécie, realmente espantoso neste país, onde os recursos são muito limitados, onde outrora tudo faltava, e onde há tão pouco...” (SCHWARCZ, 1998, p. 83).

Nos anos que se passaram, até o início da Guerra do Paraguai, o Monarca continuava recluso no Paço, dando continuidade à sua educação mais focada nas ciências e letras. As aparições consistiam em momentos pré agendados e cheios de pompa. O jovem era apenas um símbolo, uma representação. Ampliaram a produção de retratos e símbolos associados à imagem do imperador, os quais mostravam um rei *seguro, jovem e forte*. Segundo Schwarcz “Em um momento em que tudo se passava como se ele fosse um fantoche, nada melhor que a imagem fixa.” (SCHWARCZ, 1998). A autora ainda cita que embora D. Pedro II reinasse, ele não governava. O imperador era informado pelo mordomo, Paulo Barbosa, sobre as despesas e alguns outros assuntos da atualidade, este era o elo do imperador à realidade. A divulgação dos retratos não tinha como foco somente o território nacional, frequentemente D. Pedro II

era citado em jornais europeus. Apesar dos retratos serem bem semelhantes, agora o monarca passou a ser retratado com barbas. Como destacou o *Almanak de Gotha* “Finalmente, nosso monarca apresenta barbas.”

A proximidade com os 18 anos, fez com que surgisse a necessidade do imperador em se casar. O mordomo, Paulo Barbosa, que intermediou a negociação. D. Pedro II recebeu a notícia sem questionar. O casamento seria a efetivação da maioridade do jovem rei. O fato de D. Pedro II ser rei de um local distante e considerado sem recursos, diminuíram as candidatas. Em 1843, foi encontrada a noiva, Teresa Cristina Maria, quatro anos mais velha que o imperador e com um pequeno dote. O imperador conheceu a noiva por fotos e casou-se por procuração. “Contam os relatos que o monarca, apesar de sua habitual moderação, afirmou ter gostado da imagem, que na verdade realçava apenas as qualidades físicas da futura imperatriz” (SCHWARCZ, 1998, p. 92).

Novamente uma cerimônia com um alto custo, a princesa veio de Nápoles, em uma viagem que durou oitenta dias. A demora se deve ao fato de que a cor da tripulação poderia causar *estranhamento* na princesa. Por isto, uma tribulação somente de homens brancos foi enviada. A falta de marinheiros brancos justifica o atraso.

Com a chegada de Teresa, o imperador foi surpreendido com a notável diferença entre os retratos e a realidade: “... d. Pedro só pode notar-lhe os defeitos: Teresa Cristina era baixa, gorda, e além de tudo coxa e feia. (SCHWARCZ, 1998, p. 95). Dois anos após o casamento, 1845, nasce o primeiro filho do casal. Porém ele falece um ano mais tarde. O imperador vive um período de maturidade e desejo de poder e passa a ter mais interesse no governo. O cenário econômico brasileiro é estável, com a produção do café.

A cultura cafeeira além de contribuir para o avanço econômico do país, gerou atritos com outros países, como a Inglaterra, já que a mão de obra utilizada era escrava e as demais nações estavam abolindo a escravidão e pressionado o Brasil para fazer o mesmo. O país queria se firmar como nação e mostrar seus avanços, porém a escravidão remetia ao atraso. D. Pedro II tinha um embate. Criou então a Lei de Terras, na qual os imigrantes deveriam comprar as terras para serem donos e desta forma geraria mão de obra para suprir a escrava. Porém isso não agradou os donos de escravos.

Segundo a autora Lilia Moritz Schwarcz, o Rio de Janeiro, possuía cerca de 110 mil escravos para uma população de 250 mil, em 1851. Ou seja, quase metade da população era de escravos, a miscigenação também era uma preocupação. Com a criação da Lei de Terras, a *nação se enbranqueava*, o que de fato não ocorreu. Já que o Brasil não dispunha de tantos atrativos como os Estados Unidos.

A partir dos anos 50 houve um nítido progresso, na questão estrutural do Rio de Janeiro. Surgiram iluminação, o calçamento, casas de banhos, restaurantes, entre outros. Porém a cidade sofria com o odor de esgoto. Há também a preocupação por parte do imperador, o qual depois de tanto tempo recluso passa a aparecer mais, em destacar uma *memória e reconhecer uma cultura*. O monarca agora frequentava bastante as reuniões do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) com a intenção de criar e valorizar uma cultura local. Se a escravidão envergonhava a nação, o indígena trazia orgulho. “Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam romances épicos que traziam chefes e indígenas heroicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem” (SCHWARCZ, 1998, p. 131).

O imperador financiava o estudo de artistas, uma espécie de *Bolsa Cultura, o Prêmio Viagem*, que pagava durante três anos estudos e pensionados. Porém havia a troca de favores, se por um lado D. Pedro II pagava os estudos como retribuição os artistas deveriam pintar retratos dele.

O monarca financiava artistas que, entre outras atividades, responsabilizavam-se pelos retratos mais oficiais de d. Pedro. Estes, por sua vez, circulavam sob forma de litografia, para outras partes do Império, ajudando a fixar a memória de idade breve. (SCHWARCZ, 1998, p. 145).

Com o financiamento dos estudos, as obras eram pintadas na maioria das vezes de longe. Por isso não retratavam a veracidade. Era notável o interesse do imperador pelas ciências, para ele o progresso estava aliado ao intelectual. A preocupação e dedicação com o Colégio Pedro II deixa claro isso, o imperador escolhia os professores, verificava as médias dos alunos e ainda assistia a aplicação das provas. Chegou a relatar o desejo de ser professor “Se não fosse imperador do Brasil quisera ser mestre-escola.”

Vários fatores contribuíram para a queda do Segundo Reinado. A desarmonização entre a Igreja Católica e o imperador, as questões relacionadas ao fim da escravidão e a insatisfação dos militares que lutaram na Guerra do Paraguai são alguns exemplos. Nos últimos anos de regência, d. Pedro II era visto como imperador cansado, mesmo as aulas que lhe davam tanto prazer agora já não atraíam mais sua atenção. “Estamos nos anos 80, e d. Pedro, que ainda não completara sessenta anos, revela cansaço. O imperador dormia nas sessões do IHGB ou quando assistia aos exames do Colégio Pedro II [...]” (SCHWARCZ, 1998, p. 420).

Em 13 de Maio de 1888, a princesa Isabel assina uma lei extinguindo a escravidão no Brasil. Cerca de 700 mil escravos foram libertos, em uma população de aproximadamente 15 milhões de pessoas. Como mencionado anteriormente, em 1851 o número de escravos representava quase metade da população. Quando a escravidão foi abolida, a representação de escravos no total da população não era um número tão significativo. Fato que demonstra o quanto a abolição foi tardia. Enquanto isso, d. Pedro estava em Paris, após se recuperar de uma doença, realizando traduções e versos. Vivia uma situação diferente da instaurada no Brasil. E chegou a cogitar seu neto, d. Pedro Augusto, como seu sucessor. O que não foi possível, já que este sofria de doença mental. A princesa era a próxima na linha de sucessão e ganhou popularidade, ao assinar a Lei. Porém não era do agrado de d. Pedro II que ela governasse o Brasil, pois seu marido, o conde D’Eu, era um estrangeiro.

Com a abolição da escravidão, os negros se mantiveram fiéis à monarquia e o movimento pró república ganhava força. Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República e envia um telegrama informando à família real, a qual se encontrava em Petrópolis. Com receio de manifestações populares favoráveis à d. Pedro II, o governo provisório ordenou que a família real partisse imediatamente, o imperador respondeu *Não sou negro fugido. Não embarco nessa hora*. E assim encerra o Segundo Reinado e a monarquia. A partir disso, o Brasil passou a ser uma república, na qual Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente.

5 O RETRATO DO SEGUNDO REINADO NA OBRA *A MÁQUINA DE MADEIRA*

Na época do Brasil-Império o país vivia o período pós-colonial e para se firmar como nação, era preciso construir uma identidade e incentivar a valorização das riquezas locais. Apesar disso, o Brasil não era autossuficiente economicamente, continuava exportando matéria-prima e utilizando mão de obra escrava. A obra retrata a “exportação” de um bem, criado por um brasileiro dentro de um país que queria se estabelecer como nação, mas não deu espaço para que a máquina pudesse ser aprimorada e depois produzida. O produto estrangeiro é mais valorizado e considerado melhor pelo simples fato de não ser nacional.

O personagem principal da obra de Miguel Sanches Neto, é um padre, inventor, órfão e que possui como amante uma escrava. O qual é convidado para expor seu invento, na Exposição Nacional. Esta que premiaria os melhores invenções e enviaria à Londres. A máquina inventada pelo padre não foi escolhida, devido ao seu tamanho e material. Ela era fabricada em madeira e o símbolo do progresso era o aço, o invento não foi finalista. Na obra é nítida a falta de interesse, por parte de d. Pedro: “Ele mal a olhou e seguiu adiante, fazendo sempre uma parada breve na frente dos objetos.” (SANCHES NETO, 2012, p. 113).

Já Lilia Moritz Schwarcz retrata de maneira diferente a figura do imperador, um ser preocupado e interessado com os assuntos relacionados ao progresso. Por isso mesmo ele patrocinava o Prêmio Viagem, o qual financiava no exterior a estadia, por três anos: “D. Pedro era dado a novidades, gostava de estudar línguas e ciências exóticas, e a palavra progresso, para ele, vinculava-se à ciência e ao intelectual.” (SCHWARCZ, 1998, p. 149).

Semelhanças também aparecem na maneira como a infância do imperador, ou a falta dela, são retratadas. Ao se dirigir para a Exposição Nacional há um carro de boi que trafega, lentamente, na frente da comitiva do imperador. O que lhe faz refletir sobre seu papel. O menino que ele não foi, desperta a vontade de sair do carruagem e correr pelos campos, porém consciente de sua importância, não o faz.

Já que o invento não foi escolhido, incentivado pelo amigo Rischen, Azevedo procura a amante de d. Pedro II, Condessa de Barral para que ela interceda pela máquina. Pois tinha grande influência sobre o imperador, porém ela é irônica ao questionar o padre sobre seu aparato: “E com esta invenção cada artista que escreve se transformaria em um operário? - perguntou a condessa, com ironia” (SANCHES NETO, 2012, p. 124).

A troca de favores era comum no Segundo Império, o mesmo fazia d. Pedro II ao conceder títulos, muitas vezes de maneira subjetiva. Como foi o caso ao nomear Condessa da Pedra Branca, a senhora Luísa Margarida Borges de Barros, que mais tarde passou a ser condessa de Barral, por causa do marido francês. A distribuição de títulos beneficiava duplamente o império, pois havia um alto custo para os titulares com selos, papeis, entre outras coisas. Além disso, era uma maneira de *agradar* uma possível desavença do governo.

Curiosamente, no período de maior popularidade do imperador, a distribuição de concessões foi reduzida, tendo aumentado durante a sua progressiva decadência, o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos com uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar finanças do Estado. (SCHWARCZ, 1998, p. 175).

A cidade do Rio de Janeiro, era uma versão topicalizada da cidade de Paris. Na rua do Ouvidor, as mulheres desfilavam seus longos vestidos com tecidos importados, por vitrines que retratavam a moda francesa. Esse mesmo cenário é descrito na ficção de Miguel Sanches. Local no qual o padre comprou a seda azul, pensando na escrava Benedita.

Andou pelo centro mais algum tempo a ver vitrines. Diria, quem perguntasse que era tecido para o vestido da irmã, mas aquele presente tinha uma dona especial- a máquina. Para a mulher que naquele momento doara seu nome à máquina. (SANCHES NETO, 2012, p. 145).

Apesar de ser um padre, que deveria ser celibatário, Azevedo mantinha um relacionamento com a escrava, Benedita, inclusive tiveram uma filha juntos. O padre cogitou deixar as *ordens eclesiásticas* para assumir a filha. No entanto esta levaria o nome associado ao pecado, o melhor para todos seria assumir a família secretamente. Moraram juntos até o final da vida do padre. Já muito velho e enfermo, retornou para João Pessoa, para morar com Manoel Antônio de Aragão e Melo, o qual ofereceu hospedagem para o padre e seus agregados.

Seguiram os três, Azevedo, Benedita e Maria, filha do casal. Durante toda a vida com o padre, Benedita foi tratada com alguém da família. Inclusive o padre lhe ensinou ler: “Quando ela começara a trabalhar com ele, depois de compra-la em um leilão e logo alforriá-la, contratá-la, gastara várias noites, a luz de velas, apresentando-lhe palavras.” (SANCHES NETO, 2012, p. 139).

Mas ao se mudarem para João Pessoa, ela e a filha foram viver em uma construção nos fundos da residência e o padre em um quarto na casa principal. A relação amorosa nunca foi assumida, Benedita e a filha não participaram do enterro, as duas estavam organizando a residência. Com a morte do padre, as duas se mudaram para uma região periférica da cidade, dr. Manoel Antônio de Aragão e Melo providenciou uma pequena e simples casa, como reconhecimento aos anos dedicados ao padre. “[...] arranhou para elas um casebre fora da cidade, onde moravam os pobres, os negros libertos, os mulatos em geral. Não pagaria aluguel, e poderia trabalhar nos subúrbios. Era o reconhecimento pelos anos de dedicação ao padre. (SANCHES NETO, 2012, p. 187).

Benedita fez questão de levar a máquina com ela, e pela primeira vez o invento foi recebido com cortejo e aplaudido. A população achava que se tratava de um piano e ao pedirem para que Benedita tocasse, a mesma não revelou o equívoco: “Quando o andor desceu na porta da nova morada de Benedita, todos começaram a aplaudir, numa alegria que a deixou assustada” (SANCHES NETO, 2012, p. 189). Frequentemente, na obra ficcional, há a valorização do estrangeiro. Desde o momento em que o padre desembarca no Rio de Janeiro, até o quando seu invento é roubado e lançado em Nova York. A rua do Ouvidor era uma vitrine de produtos importados “Só o que vinha de fora existia na rua do Ouvidor.” (SANCHES NETO, 2012, p. 19). A Exposição Nacional era um tentativa de reverter isso e valorizar o nacional. Tentativa semelhante, d. Pedro II realizava no Brasil, ao firmar o Brasil como nação era necessário que fosse criada uma cultura local, assim como uma elite. Ambas não deveriam remeter à escravidão, já que essa envergonhava a nação. “É portanto, a partir dos anos 50 que o imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura” (SCHWARCZ, 1998, p. 126).

Com a presença constante de d. Pedro no IHGB, um grupo de artista e escritores foi fundado, estes eram responsáveis pela criação de obras que valorizassem nossa identidade, além de expandi-las para todo o território. A figura do indígena ganhou destaque, já que ele era um ser puro e motivo de orgulho pro Brasil, da mesma maneira que a natureza exuberante e os produtos da agricultura. Muito pouco se sabia sobre os indígenas, porém eles eram retratados como heróis em romances épicos. O vocabulário indígena passou a ser valorizado e os dicionários, criados pelos jesuítas, se tornaram material de consulta para a produção de obras literárias. O próprio imperador dedicou-se a estudar o idioma tupi e guarani. A preocupação do imperador com o estudo das línguas é perceptível, tanto que ele propôs a criação de dicionários e gramáticas. “O próprio imperador, inspirado por essa voga, além de propor a criação de gramáticas e dicionários, começa a estudar o tupi e guarani, que lhe seriam uteis durante os litígios com o Paraguai” (SCHWARCZ, 1998, p. 131).

Enquanto que na obra literária, o imperador não demonstra qualquer interesse na máquina, a qual poderia contribuir e muito para a disseminação da cultura que ele estava disposto a patrocinar. A valorização acontece para os produtos extraídos da mata, como as madeiras. Que receberam nomes indígenas na tentativa de despertar a atenção dos europeus. D. Pedro fez algo análogo, ao distribuir títulos para criar uma elite brasileira. Os contemplados tinham seus nomes *abrasileirados*. “Solimões, Jurumirim, Uraí... Era assim que os nobres passavam a ser majoritariamente denominados, conferindo uma qualidade indígena e tropical aos velhos títulos medievais” (SCHWARCZ, 1998, p. 178).

Por várias vezes o odor de fezes é mencionado, visto que não existia tratamento de esgoto, o qual era jogado ao mar pelos escravos. Azevedo conta que as pessoas utilizavam o entorno da Escola Técnica, local onde seria a Exposição Nacional, como vaso: “Se urinavam ao redor dela é porque não sabiam da importância do que se juntara lá dentro...” (SANCHES NETO, 2012, p. 51). O personagem Robert H. Stein, um inglês, importador de mercadorias que enriquecia no país. Recebeu um convite para enviar à Exposição Nacional, um produto genuinamente brasileiro. O inglês só conseguiu pensar em algo relacionado à *merda*. Era isso o Brasil, um imenso barril de merda, transbordando e sujando quem os carregava e também as ruas.” (SANCHES

NETO, 2012, p. 54). Se para os estrangeiros que aqui viviam, o Brasil estava associado à fezes como seria possível construir uma imagem diferente para aqueles que viviam longe daqui?

D. Pedro enfrentou problema semelhante, na tentativa de criar uma nobreza local, a qual ditaria regras e modelos para as demais classes e países. Era preciso ensinar essa população a ser nobre e para isso foi essencial organizar regras de condutas e higiene, surgiu então um novo gênero textual, os manuais. Estes orientavam a população a como ser civilizado. Para tanto apresentavam sugestões de como se comportar e falar em público, entre outras coisas. “É certo que nem todos os guias eram tão explícitos me sua abertura; porém, no conjunto, apresentavam uma linguagem acessível cuja utilização frequente os transformava em uma espécie de livro didático quando o tema era civilidade” (SCHWARCZ, 1998, p. 197).

A maioria dos manuais surgiram na França, porém houve publicações em outros países também. Como o *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver*, inicialmente foi publicado em Portugal no ano de 1845. O autor, Roquette, tinha conhecimento tanto da corte europeia quanto da portuguesa. A partir disto, adaptou os costumes para as especificidades de cada nação, afirmando que é a identidade de um povo que o faz pertencer a determinado grupo. A corte somente “imitava” costumes estrangeiros e segundo o autor isso faz com que se perca a identidade local. “Deveis saber que toda a nação é ciosa de seus usos e costumes, e que a que muda caprichosamente, só por imitar o estrangeiro, já perdeu o sentimento de sua independência e caminha para sua decadência” (SCHWARCZ, 1998, p. 199).

O Brasil foi construído a partir de uma miscigenação racial, cultural e religiosa. As diversas religiões que aqui existiam, e ainda existem, conviviam de maneira harmoniosa. O imperador, d. Pedro II não se importava com as diferentes manifestações. Fato que causou espanto nos viajantes, alguns não viam problema, porém a grande maioria condenava tal prática.

Mas se os viajantes variavam muito seu propósitos, interpretações e prognósticos, em alguns aspectos concordavam: o fascínio pela natureza, a aversão ao regime escravocrata e a indignação contra os rituais religiosos. Aí as condenações eram quase unânimes. Além de se afastar da “pureza” das celebrações europeias, esses rituais promoviam, aos olhos dos viajantes, uma mistura extremada de grupos e de “raças” (par usar um termo que lhes era comum) totalmente inaceitável (SCHWARCZ, 1998, p. 252).

A questão religiosa foi um dos motivos que levou a Igreja Católica a romper com o imperador. Este se dedicava à maçonaria o que causou um descontentamento, tanto da igreja quanto de uma parcela da população. O padre Azevedo vivenciou um fato semelhante. Os maçons ajudaram financeiramente sua mãe e ele quando criança. Era das reuniões que vinha o dinheiro para a comida e mais tarde para o estudo. Ao ter o nome publicado em uma lista de padres maçons, Azevedo foi convocado pelo bispo. Este exigiu que o padre renunciasse à maçonaria, o que não ocorreu, pois o padre não via problema em conciliar as duas religiões, em ambas seu objetivo era o mesmo: “Tanto na Igreja quanto na maçonaria, meu objetivo é um só: ajudar” (SANCHES NETO, 2012, p. 212).

Se as diferentes representações religiosas, poderiam ser aceitas o mesmo não acontecia com o regime escravocrata. Esse era um ponto de grande tensão e discussão, o que causava preocupação estrangeira e estagnava o Brasil. A preocupação em esconder/ camuflar a escravidão era notória. Na obra ficcional, o Inglês Robert H. Stein enviou um tronco para punir escravos, para a Exposição Nacional. Houve um grande alvoroço e a peça foi retirada do prédio. Em outro momento o padre observa enquanto um barbeiro arranca o dente de um negro, apesar de existir um dentista caridoso: “Com consultório na praça da Constituição, número 14, e que afirmava em letras imensas: aos pobres grátis.” (SANCHES NETO, 2012, p. 32). O negro não se encaixava no perfil de pobre, pois não era considerado “gente”.

A população, apesar de envergonhada, era condizente com o regime e com as punições. Ao passear pela cidade, o padre presenciou a execução, ao ar livre, de dois negros. Os dois foram enforcados e a população assistiu ao “*show*”: “Todos queriam escolher o melhor lugar ao lado da forca, onde o carrasco já estava.” (SANCHES NETO, 2012, p. 148). Roberto Schwarz, no ensaio *As ideias fora do lugar*, cita o protesto de Nabuco no teatro de Alencar: “Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!” (SCHWARZ, 2014, p. 01).

Schwarz ainda menciona uma observação feita por Fernando Henrique Cardoso. A mão de obra escrava era utilizada com a justificativa de ser mais econômica. Porém há uma divergência na definição de econômica, pois o

trabalho escravo não era realizado no menor período. Ao contrário, buscava-se ocupar o tempo todo do escravo. O Brasil estava fora do *sistema da ciência*, justamente pela mão de obra utilizada. O sistema da ciência que o imperador se dedicou tanto: “A civilização que d. Pedro II e sua corte almejavam, era portanto, uma exceção dentro de seu grande Império.” (SCHWARCZ, 1998, p. 245).

A Fazenda de Santa Cruz, era um exemplo de como os escravos eram explorados. Os fundadores, jesuítas, aplicavam tratamento diferenciado aos escravos. Estes poderiam frequentar a missa, tirar um dia de descanso e trabalhar três dias para os jesuítas e os outros três em lavouras próprias. Além disso, os jovens eram incentivados a aprender música. Porém, com a expulsão dos jesuítas, o tratamento dado aos escravos mudou e a fazenda entrou em decadência.

D. João VI se encantou com a orquestra e os escravos-cantores. Assim ele solicitou que alguns escravos fossem transferidos: “para integrar a orquestra da Real Capela do Paço da Boa Vista, que se apresentaria e cerimonia especial. (SCHWARCZ, 1998, p. 225). Desta forma, a fazenda passou a fornecer escravos-músicos. Apesar da mudança no campo de atuação, o tratamento para os escravos se manteve e eles reclamavam de fome. A fazenda arrecadava quantia superior ao seu custo, com o aluguel de escravos, inclusive era cobrado para os escravos-músicos participarem de eventos. “Os escravos só não podiam ser vendidos: O imperador detinha o poder usufruto da escravaria, que fazia parte da propriedade. Podia, no entanto, alforriá-los” (SCHWARCZ, 1998, p. 228).

Segundo Roberto Schwarz, a colonização estratificou a população em três classes: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. A primeiro era o grande proprietário de terras que utilizava mão de obra escrava. A segunda a própria mão de obra, os negros escravos. Já a terceira é aquela que não pertence nem a primeira classe, nem a segunda. É o homem branco livre, que depende de favores para ter acesso ao bens. Como mencionado anteriormente, os favores eram moeda de troca bem usuais. A qual perpetua até os dias de hoje: *O favor é nossa mediação quase universal.*

O período histórico identificado no romance, é descrito pelo historiador, Caio Prado Júnior, como “ponto morto”. Para ele seria um período chave, essencial para que compreendamos o país de hoje. Prado Júnior destaca que

o Brasil, atual, é resultado dos três séculos de colonização, e resume em uma frase o período de colonização: “[...] incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 356).

O pesquisador garante que para um regime capitalista era necessária mão de obra assalariada, fato que não ocorria. O regime de capitalismo pode ser associado a modernidade, já que essa vem acompanhada da industrialização, mudanças na economia e não há espaço para a mão de obra escrava. Os escravos contribuíram para a estrutura social representada no romance - que era escravocrata- e segundo Caio, se tratava de dois extremos. No topo a minoria de dirigentes da colonização e abaixo a massa de escravos, que constituíam os trabalhadores.

Com relação ao gênero romance histórico, o qual a obra *A Máquina de Madeira* se encaixa. Georg Lukács (2011), foi um dos primeiros teóricos a estudar a escrita ficcional histórica. Ele define que o gênero romance histórico nasceu no romantismo e pertence à classe burguesa. "O que busquei realizar foi uma investigação da interação entre o espírito histórico e a grande literatura, que retrata a totalidade da história, e isso apenas em relação à literatura burguesa" (LUKÁCS, 2011, p. 28).

Mesmo pertencendo ao período do romantismo, apresenta características do anti-romantismo, já que seu objetivo é conscientizar a população com relação a importância de se compreender a história de seu país e mundo. O teórico propõe ainda algumas características pertencentes a esse gênero - fundamentalmente é necessário que o autor utilize fatos verídicos com o propósito de inserir um contexto e situar o leitor. O ambiente histórico é coadjuvante no enredo e, apesar de ser o tema principal, não é explícita a relação história-enredo. O enredo acontece em um passado anterior ao do autor, isto é, o romance histórico não deve retratar o período histórico no qual foi escrito, mas qualquer outro passado remoto. Geralmente, os personagens históricos são apresentados como secundários e nunca como protagonistas. E por fim, o ambiente é descrito detalhadamente, como mencionado anteriormente - é a forma com a qual o autor situa historicamente o leitor.

Para Lukács, é através de fatos pequenos que a história é desenrolada, contada. “[...] o que importa para o romance histórico é evidenciar, por meios

ficcionais, a existência, o ser-precisamente assim das circunstâncias e das personagens históricas." (LUKÁCS, 2011, p. 62). O teórico destaca ainda que o romance não é somente uma variação na forma do romance, mas é composto pela relação intertextual entre a história e literatura. Sendo assim, temos o contexto histórico associado à vida social e a literatura, desempenhando um papel ficcional para talvez preencher possíveis lacunas da história. [...] a forma artística nunca é uma simples cópia mecânica da vida social. É certo que ela surge como espelhamento de suas tendências, porém possui, dentro desses limites, uma dinâmica própria, uma tendência própria à veracidade ou ao distanciamento da vida. (LUKÁCS, 2011, p. 135-136). Exatamente dessa maneira que a obra de Miguel nos é apresentada, a figura do imperador é secundária, o foco é no padre inventor. São ricos os detalhes sobre o ambiente, justamente para nos situar do período histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da obra *A máquina de Madeira*, apoiada teoricamente no livro *As Brabas do Imperador*, pretendeu-se entender como o Segundo Reinado foi retratado na obra, o caráter verídico e as possíveis consequências deste período histórico nos dias atuais. Miguel Sanches Neto, apresenta um Brasil em construção, preocupado com a modernidade, com o avanço e com o progresso. O protagonista, apesar de tímido e poucas palavras, é insistente em seu invento. O qual somente existiu nas mãos de outro criador: “Um inventos passa a existir quando adotado pela indústria.” (SANCHES NETO, 2012, p. 219)

Estamos vivendo dias difíceis na política brasileira, o que torna inevitável não associar as obras literárias ao nosso cenário atual.

O fato da imagem de d. Pedro II ter sido “moldada/criada”, é atemporal. Nos dias atuais, tal comportamento ainda perpetua. E se torna mais forte e notável em períodos eleitorais, como presenciamos nas últimas eleições presidenciais. Se no Segundo Império, a disseminação de retratos ajudava na construção da imagem de um imperador sério e compenetrado. Hoje, é utilizado a disseminação de notícias falsas, *fakenews*, para desconstruir a imagem do adversário.

A troca de favores, como mencionado anteriormente, se conserva. Não há mais somente a distribuição de títulos, mas de comida, dinheiro, cargos políticos, etc. A nossa história foi construída a partir de golpes, o primeiro foi o “descobrimento” do Brasil, Golpe da Maioridade, Proclamação da República, Golpe dos Militares, entre outros. E os fatos se repetem, Deodoro da Fonseca exigiu que d. Pedro II deixasse o país imediatamente, com receio de uma manifestação popular em prol da família real. A esquerda com receio da população brasileira eleger seu grande oponente, fez com que este permanecesse preso.

Se na época do Segundo Reinado, houve uma preocupação com as letras, ciência e a nossa imagem vista pelo estrangeiro. No presente, perdemos tudo isso, o investimento em educação não é mais importante, a forma como

outros países nos veem não tem mais importância. Nosso elemento puro, o indígena, não é mais visto e não tem voz. E mesmo a imagem que era retratada, segundo Schwarcz (1998) foi forjada: “No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela “seleccionava origens” para a nova nação.

Assim como os outros elementos, a escravidão ainda se faz presente. Não de forma tão descarada, mas é a mesma que ainda priva o indivíduo de ter acesso aos direitos básicos de sobrevivência.

Acredita-se que ao propor essa pesquisa, relacionar a obra ao contexto histórico. Contribuiu-se para entendermos o nosso presente, pois muitos dos problemas vividos pelos personagens ainda se fazem presente.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Ricardo Nunes. **Mundo Múltiplo: Uma análise do Romance Histórico La guerra del fin del mundo, de Mario Vargas Llosa**. Campinas: Biblioteca Central, 2002.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINHO, M. F. **História e ficção ou ficção da História**. In: O romance histórico em Portugal. Porto: Campo das Letras, 1998. p. 9-43.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RIBEIRO, Rejane de Almeida. **Aspectos dos romances históricos tradicionais e pós-moderno**. Disponível em: http://www.fae.edu.br/revistafaer/artigos/edicao1/7481_rejane_de_almeida_ribeiro%5B1%5D.pdf Acesso em: 20 de junho de 2015.

SANCHES NETO, Miguel. **A Máquina de Madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Mário SANCHES NETO, Miguel. **Cronologia** Disponível em: www.miguelsanchesneto.com.br Acesso em: 20 de junho de 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.